

VIOLÊNCIA DE GÊNERO COMO FOMENTADORA DA QUESTÃO SOCIAL: UMA VISÃO PSICOLÓGICA

Artemisa Carneiro da Rocha
Raimunda Cid Timbó

RESUMO

Este artigo é resultado de uma compilação de dados coletados, oriundos de uma pesquisa de campo para trabalho monográfico acerca da violência de gênero e expõe tal fenômeno, enquanto expressão da questão social, pretendendo ressaltar a supremacia masculina idealizada como elemento propulsor do desencadeamento deste fenômeno. Este trabalho objetiva traçar o perfil dos infratores da lei Maria da Penha, ancorando-se nas experiências vivenciadas e plasmadas pela educação adquirida; para tanto foi aplicado ao público alvo, homens privados da liberdade no município de Caucaia, um questionário que dimensionou aspectos peculiares como infância, escolaridade e profissionalização e conceito de violência para os respondentes, que se encontravam em caráter transitório, na Delegacia de Defesa da Mulher - DDM. Os dados coletados correspondem ao segundo semestre do ano de 2011. Finalizamos identificando o perfil dos infratores e apontando a necessidade de entender as experiências vividas enquanto meio reprodutor de comportamentos, incidindo na repetição de atos e condutas das relações sociais. Consideramos que o delineamento encontrado acerca do fenômeno tem relação direta com a educação formadora de aspectos críticos e cognitivos.

Palavras-chave: Violência de Gênero. Prisão. Educação. Psicologia.

1 INTRODUÇÃO

Identificado nas relações de gênero, o poder, segundo Scott (1990) dita regulações construídas intencionalmente para se estabelecer, tal elemento alicerça implicitamente a violência na condição de ser homem ou ser mulher, apartando socialmente os indivíduos; cria ainda significados padronizadores e estigmatizantes na divisão binária da escala metafísica que compõe a sociedade, usando previamente o fator biológico para a disposição do corpo no mundo. É o que pontuamos em nossa abordagem crítica.

Oriunda dos tempos da colonização, a violência foi trazida ao Brasil como expõe Bueno (1998), inserida no caráter e no comportamento das pessoas que aqui chegaram para desenvolver o processo de povoamento; é do que trata o autor ao

descrever os povos que chegavam ao Brasil:

Eram homens brancos que viviam entre os nativos: alguns tinham sobrevivido ao naufrágio de seus navios, outros tinham desertado. Muitos haviam cometido algum crime em Portugal e foram condenados ao degredo no Brasil [...] Vários estavam casados com as filhas dos principais chefes indígenas [...] e intermediavam as negociações entre as várias tribos indígenas e os representantes de potências Europeias. Sua presença em pontos estratégicos do litoral seria decisiva para os rumos do futuro país. (BUENO, 1998, p. 7)

A despeito do que pretendiam os degredados, o fenômeno da violência de gênero vem sendo combatido e destoa do que reza a agenda neoliberal, tendo como aliadas as constantes e velozes reestruturações societárias. Denotando uma dimensão flutuante (Moraes, 2000), o gênero necessita de outras figurações e empirias para sedimentar na condição biológica (sexo) a condição social (gênero).

Tais fatores se interrelacionam e convergem para explicar o fenômeno da violência contra a mulher através de conceitos falaciosos, educação penalizadora e depreciativa; a delimitação de espaço nas construções subjetivas sociais é dividida como sendo o público pertencente ao homem e o privado à mulher, como meio e forma de sedimentação e continuidade da condição subalternizante do papel funcional do gênero feminino. Esse fenômeno sofre deslocamento gradual de desconstrução.

Entendemos que a pesquisa de campo se fez essencial para delinear fielmente as motivações acerca do fenômeno da violência de gênero. O cenário desta foi a delegacia de defesa da mulher do município de Caucaia. Do tipo qualitativa, a pesquisa explorou o fenômeno supracitado, descrevendo através de variáveis, obtidas por estudos transversais, o perfil dos infratores da lei Maria da Penha. A identidade dos entrevistados foi resguardada, sendo estes classificados com nomes de pássaros e apelidos.

2 VIOLÊNCIA DE GÊNERO: FOMENTO PARA A QUESTÃO SOCIAL

Ações desempenhadas pela família, enquanto parte do todo - que é a sociedade tem função predeterminada, contida nas fases de reprodução, subsistência e aspecto emocional, sendo, portanto, suporte do indivíduo e responsável pela socialização inicial, primária. Esta ocorre por meio do primeiro contato do indivíduo com o mundo, em mediação originária obrigatória, quando a célula social básica (família), garante ao ser singularidade e cidadania perpétua (da Matta, 1987).

Com a finalidade de conduzir seus membros dentro de padronizações pré-estruturadas, a família adere ao que está legitimado para a obtenção desse fim, ou seja, há na sociedade papéis e condutas a serem seguidas, sem que sejam permitidas alterações das mesmas, sob pena de estigmatizações e preconceitos a serem vivenciados e cobrados individual e coletivamente, calcados no conservadorismo exacerbado e sedimentado no subjetivismo social.

Como sequência do processo vital do ser humano, ocorre a socialização secundária; nesta fase tudo em volta interage com o sujeito, adquirindo um caráter ampliado de seu “mundo” inicial; é cabível salientar que neste, inevitavelmente, deu-se o processo da absorção dos comportamentos, pela educação e a reprodução das relações vivenciais, através da empiria; não obstante, participaram deste processo eixos ideológicos do estado, imprescindíveis na massificação dos constructos sociais, como a escola e a igreja.

O pai e a mãe, plasmados pelo menino e pela menina, respectivamente, com interferências do todo (sociedade), que os anui, reproduzem os papéis sociais em relativa proporção e absoluta originalidade, experimentados pelo homem e pela mulher, na sociedade. É o que pode ser entendido nos depoimentos a seguir, narrados pelos homens infratores da lei Maria da Penha:

“Quando meu pai chegava aborrecido, todo mundo apanhava. Minha mãe também.”(informação verbal)Pintassilgo

“minha mãe ajudava meu pai em tudo, ele nunca estava só. Até pra roça ela ia”.Lá em casa também tinha que ser assim, mas eu me sentia só e era muito cobrado por ela. (informação verbal)Curupaco

“O pessoal fala em violência contra a mulher, eu não entendo isso. O que a gente quer é que tudo esteja certo, como deve ser. Mulher e homem tem ocupações diferentes, cabeças diferentes. (informação verbal) Bem-te-vi

“É muita intromissão na vida das pessoas, deveriam deixar que elas mesmas se entendessem, ficam inventando lei e acabam piorando tudo, estou sem poder trabalhar e eles estão só em casa, a mulher e os filhos.” (informação verbal) Graúna

Os elementos sobre a violência cometida contra a mulher e a condição situacional do histórico do infrator revelam, em estudos recentes, oriundos de pesquisa de campo que a maioria cometeu crime de agressão física, constando também ameaça. Todos os respondentes viram e vivenciaram a violência doméstica, naturalizando-a, com tolerância e certo consentimento. Tais atos foram cometidos no próprio domicílio, espaço privado, idealizado pelos maridos e/ou companheiros como sendo de domínio e sujeição:

“Eu tinha acabado de chegar do trabalho; quando entrei em casa, falei com ela e não tive resposta, aí dei só um empurrão nela. Ela sim, me agrediu, bateu com a frigideira na minha cabeça. Acho que os vizinhos chamaram a polícia”. (informação verbal) Pintassilgo

“O ronda do quarteirão vinha passando na hora, eu nem encostei a mão nela, eles escutaram a gente brigando e o pessoal que fica na calçada confirmou que eu tava brigando, aí me trouxeram”. (informação verbal) Curupaco

“Agora, o problema é que a mulher se prevalece na lei Maria da Penha e daqui a pouco quem apanha é o homem. (informação verbal) Bem-te-vi

“Essa lei tem que ajudar a todos da família e não colocar a mulher num pedestal e fazer do homem, o vilão da história”. (informação verbal) Graúna

Indagados da motivação, eles citam o ciúme e o álcool, aliado às drogas e entorpecentes. Resistem ainda em admitir a isonomia de fato, apesar de quase todos concordarem que mereciam penalidade ainda julgam a prisão um exagero, discordando desta como medida cabível para o ato que cometeram:

“É, eu deveria ter pensado; eu sei que bebida é ruína, mas olha onde é que eu tô, enjaulado. Isso aqui é pra bandido, eu não sou criminoso. A minha mulher com certeza já me perdoou. Agora to ‘sujo’ com a justiça. (informação verbal) Graúna

“Eu só bebo, não fumo e nunca experimentei droga. Tenho minha profissão, sou pintor e faço outros serviços, o que aparecer. Aqui dentro, a sensação é horrível. Não era para tanto”.(informação verbal) Bem-te-vi

Um dado intrigante é que a conduta é minimizada como algo irrelevante que não mereça tanta indignação ou providência penal, isso se relaciona à possessão, ou seja, a mulher tida como propriedade é “coisificada” em sua existência. O histórico familiar dos entrevistados registra castigos físicos, que eles percebiam como atitudes educadoras e, assim sendo praticam também no interior de suas residências, com suas famílias. Tal fenômeno explica-se como foco causador e perpetuador da cultura alienada e alienante, atribuída à educação moralizadora positivista e conservadora:

“Lá em casa todo mundo trabalhava, as meninas ajudavam a mãe e nós seguíamos o pai. Se fizesse algo errado ou não fizesse, já era certo o castigo, a mãe se viesse se meter para livrar o filho, também levava. Eu achava. um exagero, mas não podia dizer nada. “(informação verbal) Curupaco

“Uma vez meu pai me amarrou num coqueiro que tinha no quintal e me bateu, nesse dia a mãe também foi agredida com chicotadas. (informação verbal) Bem-te-vi

Dissociada da sensibilidade e percepção que permita apreender as motivações acerca de represálias, castigos e sanções, a figura paterna aparece centralizada no histórico dos entrevistados como aquela que mais cobrava determinado comportamento e com rigor. Era no homem que se centrava a responsabilidade pela família, da subsistência à conduta de seus membros, tendo como parâmetro o modelo nuclear burguês. Os respondentes desta pesquisa, por ignorância e/ou alienação desconhecem o que seja violência, um resultado oriundo da educação inculcada e sedimentada de modo acrítico, sem diálogo e com excesso de obediência, experimentado em passado recente. É proveniente dessa condição a banalização ou naturalização de tais atos contra suas companheiras e/ou esposas ou ainda filhas.

Sobre a convivência conjugal na pesquisa ora citada, 66% a classifica como boa; porém, vale ressaltar que eles estão presos e tem histórico de

agressividade; ainda que seja por desordem, como expõe a pesquisa. Um comportamento intrigante, algo resultante da educação livre e sem limites do âmbito público. Essa “liberdade” está “presa” aos paradigmas sociais.

Dos respondentes, metade deste percentual admite ter uma relação conturbada, aplicando um conceito mais real, dotado de maior sensibilidade sobre a questão.

“É conturbada, pois não existe união, a gente briga muito, discorda em bobagens. (informação verbal) Graúna

“não dá pra dizer que é boa, falta compreensão da parte dela.” (informação verbal) Ananindeua.

Como forma de combate e erradicação surge legislação específica - a lei 11.340/2006 - lei Maria da Penha, que reage com a prisão imediata do homem na condição de agressor; porém, com incompletude e lacunas reticentes, por não agir proativamente, fato que repousa no despreparo para coibir. Outro aspecto inquietante e subsequente é o período posterior à prisão, onde se rompe a ação, sem que haja um acompanhamento da família que sofreu a violência doméstica.

O homem infrator/vítima é parte inerente e não excludente da família, ocupando o lugar simultaneamente de pai, esposo ou companheiro; extensivamente, ele é filho, genro, cunhado, irmão, padrasto, enfim; está irreversivelmente inserido no contexto familiar e social. Neste íterim ele também é vítima, resultado de uma educação obsoleta, incompatível com o dinamismo contextual dos tempos atuais.

É complexo e difícil tratar a violência contra a mulher somente a partir da ocorrência registrada em boletins policiais, uma vez que deve ser considerado todo processo gradual e frequente com que se dão as agressões, nas suas diversas formas. A prisão, consequência prevista na lei Maria da Penha, se dá com imediatividade e efeito superficial, sem perspectivas de melhoramentos, podendo até gerar a partir dos problemas existentes outros de maior proporção danosa, como por exemplo, aumento de fúria e expectativa de vingança, experimentada pelos atores sociais em questão: o homem, pelo “dever” de se fazer respeitar, perpetuando a supremacia do poder dominador e a mulher, pela obrigação de acatar, com submissão e subjulgo.

Obtivemos, através do estudo de campo, dados para precisar o perfil dos infratores da Lei Maria da Penha: a média etária da população pesquisada foi de 32,6 anos; ou seja, os homens que se encontravam na condição de agressores, pertencem a população economicamente ativa – PEA. Em relação à identidade racial, a maioria nega ou desconhece, revelando-se majoritariamente “morenos”, denominação insuficiente, mas que para eles, se configura como amenização da cor real de sua cútis, bem como dos traços evidentes de mestiçagem. Tal fato se resume em preconceito racial velado, através do estranhamento como elemento “suficiente” para o não pertencimento à raça negra.

A média de filhos por entrevistado é de dois (02), resultantes de uniões estáveis; este é um fator relevante se considerarmos que todos os respondentes vêm de famílias numerosas e tradicionalmente nucleares, onde a composição é pai, mãe e filhos. Eles são oriundos de grupos familiares com prole de 5,3 filhos. Ainda no aspecto família, os respondentes revelam sobre a infância e as brincadeiras nas horas de lazer; as mais citadas foram futebol, bola de gude e pipa (arraia). Este é um elemento relevante, pois nos remete a outra época recente, porém, diferente nos costumes, na relação pai/filho, onde plasma-se a maioria dos elementos inculcados como exemplo.

No universo laboral, 83,4% são trabalhadores avulsos, pertencem à classe social de menor poder aquisitivo - fato observado como algo reproduzido, herdado dos pais; as esposas dos representantes deste percentual não exercem atividades remuneradas, dedicando-se apenas aos afazeres domésticos, com participações nos afazeres do companheiro/marido.

“Faço serviços de pintura, trabalho em obras de construção, já trabalhei com sucata, enfim assumo minha responsabilidade em casa.”(informação verbal)Pintassilgo

“Sou pintor profissional, apesar de avulso”.(informação verbal)Bem-te-vi

“Trabalho com funilaria, herdei a profissão de meu pai.”(informação verbal) Graúna

3 EDUCAÇÃO: FLORESCIMENTO COGNITIVO PARA CRESCIMENTO SOCIAL

A educação é o único meio, pelo qual se pode modificar a realidade, onde os investimentos materiais (elementos físico/estruturais para funcionamento) e imateriais (conhecimento intelecto/cognitivo) devem ser maciçamente aplicados, isso por que a sociedade tem sequência contínua e modifica constantemente o cenário social, exigindo reformulações de conceito, extinção de modelos obsoletos e criação de novos paradigmas. Isto implica em refrações sociais expressivas que eclodem na forma de problemas, compondo então a questão social.

O público alvo desta pesquisa, em sua maioria não completou o ensino médio, tal fato explica os trabalhos informais devido à falta de especialização e profissionalização. São ocupações herdadas dos pais, ou seja, aquilo que eles aprenderam empiricamente.

Os problemas que compõe o cerne da questão social estão interrelacionados, produzindo imbricamento contínuo e desproporcional em sua resolução: saúde, educação e segurança pública. Todos advém da má formação intelecto/cognitiva e desembocam nas três áreas de abrangência social, interferindo na saúde, a começar por fatores psicológicos como o medo até manifestações físicas, quando onera os cofres públicos, com tratamentos inclusive hospitalares, focalizados e direcionados às vítimas.

As medidas providenciais são, em sua maioria, paliativas e aguardam para eclodir sob novos moldes, senão nas mesmas áreas sociais, ainda em outras. Todos os membros da célula familiar, direta ou indiretamente são afetados, desenvolvendo doenças de origem nervosa, desagregação familiar, insegurança; tais fatores atuam sequencialmente para adoecimento do corpo físico, ou seja, os problemas transversalizam-se, redirecionam-se para as demais áreas da saúde, com a proliferação de doenças, decorrente do comportamento de risco, a partir, inclusive, do machismo.

Socialmente, as famílias precoces correm o risco de não perfazerem seu curso de desenvolvimento cíclico esperado, pela falta de condições mínimas de sobrevivência, do viés emocional ao econômico/financeiro; esta observação nos

remete à violência, sendo então o “homem, lobo do homem”. Um delineamento negativo e caótico, uma vez que o número de pessoas nesta condição sobe progressivamente. É o chamado crescimento desproporcional. Adentramos a esfera da segurança pública, um aparelho do estado criado para manter a ordem dos positivistas, que já pensavam no progresso.

O comportamento social sedimenta-se em simbologias prontas, colocadas pela mídia, eivadas de competições, confrontos e conflitos, relegando o intelecto do ser humano que, a esta altura, é desinteressante por não pactuar com a alienação, denominada “moda”. É a cultura da violência, que ganha visibilidade na década de 90, como revela Ventura (2000, p. 90):

A violência tornou-se cultura nos anos 90 e, como tal, tomou conta de corações e mentes, invadiu o imaginário das pessoas, esgarçou o tecido social e fez da agressividade uma prática da beligerância um comportamento. Produziu uma revolução diabólica e perversa que em pouco tempo mudou a paisagem das cidades, a alma de seus habitantes, a conduta, a maneira de morar e andar. (Ventura, 2000,p.90)

A massificação do efêmero como “necessário” traz a democratização da violência; a intolerância é erroneamente colocada como meio de exercer poder, coerção e intimidação. Esse processo se dá entre indivíduo e sociedade e vice-versa, ou seja, da parte (indivíduo) para o todo (sociedade) e em movimento reverso.

4 PERFIL DOS INFRATORES DA LEI MARIA DA PENHA

São solteiros, em sua maioria, mas coabitam com suas companheiras e geralmente vivenciam a violência no primeiro relacionamento. Desconhecem sua identidade racial, negando a origem negra, a qual pertencem, como meio suficiente para não o sê-lo:

“sou moreno, mas de tanto pegar sou estou mais escuro.”(informação verbal)Graúna

“Minha família toda é branca, mas eu desde pequeno que trabalho no sol, fiquei ‘assim’ mais moreno que os meus irmãos. (informação verbal) Pintassilgo

Trabalham de forma avulsa, sem vínculo previdenciário, dado que

apontou comportamento plasmado, pois, em regra, o pai também advém dessa condição; tem baixa escolaridade, com o ensino fundamental II (6º ao 9º ano) inconcluso, pois precocemente formam famílias, sem nenhum planejamento. Eles não têm registros policiais anteriores, porém, para a maioria a marca violenta é a agressão física.

Essa constatação nos coloca ainda mais certos de que os infratores estão também na situação de vítimas de um modelo obsoleto de educação. Categorizam a convivência como boa, desconhecem e pouco se importam com a opinião da companheira, uma vez que o diálogo é inexistente e ainda suprimido pelo resquício de brutalidade plasmado e inculcado. Citam como motivação da violência: o ciúme e o álcool. Todos os infratores entrevistados fizeram ou fazem uso de, no mínimo, bebida alcoólica para motivar seus atos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Violência é, segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS (2002), a demonstração intencional do poder, necessitando da condição dual de oposição para existir, qual seja: ativo e passivo. De fato, tal situação ocorre na diferenciação resultante do gênero, onde masculino sobressai em detrimento do feminino. É um constructo social que goza de consentimento mudo, apesar dos avanços experimentados em busca da autonomia feminina. É o que desponta nas considerações de Vance, C.(1995,p.17):

As culturas geram categorias, esquemas, rótulos muito diferentes para estruturar, as experiências afetivas e sexuais. Essas construções não só influenciam a subjetividade e o comportamento individual, mas também organizam e dão significado à experiência sexual coletiva através, por exemplo, do impacto das identidades, definições ideológicas e regulações sexuais. (VANCE, C.1995, p.17)

A sociedade estrutura-se no fator biológico onde se respaldou, sem base, a dominação, pela aculturação dos padrões europeus, proveniente da imposição colocada nos moldes da colonização. Em face das reestruturações societárias, a mulher conquista, paulatina e gradualmente o seu lugar na sociedade; com mérito e

sem abandonar a maternidade e a maternagem, que desloca-se da condição de obrigação, passando a ser um direito; a mulher tem ainda o mercado de trabalho e agora planeja sua vida profissional.

Essa é uma das vertentes da agenda neoliberal, que estremece o corpo social, questionando sedimentações, principalmente àquelas que ameaçam o sistema vigente. Para expandir e renovar o capitalismo foi necessário abandonar costumes obsoletos no que tange ao trato com as mulheres, considerando o contingente populacional feminino, que cresce tanto em nível de atuação social quanto em proporções numéricas.

A violência doméstica se expressa em todas as nuances, desde a forma simbólica às vias de fato, com agressões e assassinatos e ganhou notoriedade a partir da lei 11.340/2006, lei Maria da Penha, que surge para coibi-la e da qual restam vítimas famílias inteiras. Longe de ser solucionada apenas com a efetivação da lei, a violência doméstica é um problema cultural e radicaliza-se com o crescimento desproporcional experimentado pela sociedade contemporânea, com avanços e desafios.

Dados obtidos a partir dessa pesquisa apontam a necessidade de um florescimento cognitivo, através de uma educação crítica e libertadora, capaz de fornecer ao indivíduo um viés analítico de suas ações, pelo questionamento do seu “eu” individual e coletivo, ou seja, a fundamentação de sua existência face aos outros e a si próprio.

GENDER VIOLENCE AS NURTURING THE SOCIAL QUESTION: A PSYCHOLOGICAL VISION.

ABSTRACT

This article is a compilation of data collected, from a field research for monographic work about gender violence and exposes this phenomenon, as an expression of social, intending to emphasize the idealized male supremacy as the propellant element the triggering of this phenomenon. This work aims to trace the profile of the offenders of the law Maria da Penha, anchoring the experiments experienced and fashioned by education acquired; for both has been applied to the target public, men deprived of freedom in the municipality of Caucaia, a questionnaire that scaled peculiar aspects as dimension as childhood, education and professionalization and concept of violence to the respondents, in transitory character, in defense of the police woman –DDM. The collected data correspond to the second half of the year 2011. We identify the profile of the offenders and pointing out the need to understand the experiences as a means of breeding behaviors focusing on repetition of acts and conduct social relations. We believe that the experiment found about the phenomenon is has direct relation with the education and cognitive aspects forming.

Keywords: Gender violence. Prison. Education. Psychology.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 11.340/2006. **Lei Maria da Penha.**

BUENO, Eduardo. **Náufragos, Traficantes e Degredados:** As primeiras Expedições ao Brasil. 1998. Rio de Janeiro. Editora Objetiva. Coleção Terra Brasilis, II Volume.

SCOTT, J.W. **O gênero como uma categoria útil de análise histórica.** In: Educação e Realidade, Porto Alegre, n.2, 1990, p.5-22.

VENTURA, Zuenir. A educação e a cultura da paz. **Revista da FAEEBA**, Salvador, nº 13, p. 11-18, jul./dez., 2000.

VANCE, C. 1995 A antropologia redescobre a sexualidade. In: **Physis – Revista de Saúde Coletiva:** v. 5, n.

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS INFRATORES DA LEI MARIA DA PENHA
IDENTIFICAÇÃO PESSOAL

Qual a sua idade?

Qual a sua cor?

Qual o seu estado civil? () casado () solteiro () divorciado () outros. Quantos relacionamentos conjugais, convivência? _____

Antes de ser preso, você estava trabalhando? () sim () não. Em quê? _____

Vínculo empregatício? () CLT () Contratos temporários () avulso.

Qual sua renda familiar? _____

SOBRE A VIOLÊNCIA COMETIDA

O que é violência contra a mulher?

Contra quem você já cometeu violência? _____

Qual tipo de violência? Como ocorreu o fato? _____

Onde aconteceu sua prisão? _____ já foi preso antes? () sim () não. Por quê?

Você considera seu ato crime? () sim () não. Por quê?

Você acha que bater numa mulher é crime? () sim () não. Por quê?

Ameaçar é crime? _____

Como era a sua convivência com a vítima? _____

O que levou você a cometer o delito? _____

Você faz uso de álcool e/ou droga? No caso de uso de drogas, quais tipos? _____

Você acha que o uso dessas substâncias prejudica a convivência familiar? _____

Qual a sua opinião sobre os homens que batem em mulher? O que deve acontecer com eles? _____

Um homem que ofende ou agride outro homem deve ser preso? () sim () não. Por quê? _____

Se você pudesse mudar alguma coisa do que aconteceu, o que você mudaria? _____

HISTÓRICO FAMILIAR

Composição Familiar

Foi criado por: () pai () mãe () ambos () avós () outros.

Tem irmãos? () sim () não. Quantos? _____ homens? _____ mulheres?

Você vivenciou a violência em casa, quando criança? _____

Qual era o trabalho / fonte de renda:

Do pai? _____

Da mãe? _____

Do provedor da família? _____

O que faziam nas horas de lazer, quando criança? _____

Qual era o seu horário escolar?() manhã () tarde () noite

A qual tipo de castigo era submetido quando fazia algo errado? _____

Quem cobrava conduta correta com mais rigor? () pai () mãe

Na escola, cursou até que ano? _____ reprovou?() sim () não. Qual? _____

Com que idade começou a trabalhar? Fazendo o quê? _____

Qual profissão você sonhava exercer? _____

Sua companheira/esposa trabalha? () sim () não. Em quê? _____

Tem filhos? () sim () não. Quantos?

SOBRE A LEI MARIA DA PENHA

O que você acha da lei Maria da Penha? _____

O que você acha que mudou com a lei? _____

Você acha que a lei está sendo eficiente? Está enfrentando e prevenindo a violência contra a mulher? _____

Se pudesse, você mudaria algo na LPM? O quê? _____

GRÁFICOS: Estado civil e identidade étnica

Fonte: Tabulação de dados obtidos através do questionário aplicado na Delegacia de Defesa da Mulher/ Caucaia. 2011.

Atividade Laboral e Escolaridade

Fonte: Tabulação de dados obtidos através do questionário aplicado na Delegacia de Defesa da Mulher/ Caucaia. 2011.

Sobre a violência Cometida

Fonte: Tabulação de dados obtidos através do questionário aplicado na Delegacia de Defesa da Mulher/ Caucaia. 2011.

Convivência

Fonte: Tabulação de dados obtidos através do questionário aplicado na Delegacia de Defesa da Mulher/ Caucaia. 2011.

Escolaridade

Fonte: Tabulação de dados obtidos através do questionário aplicado na Delegacia de Defesa da Mulher/ Caucaia. 2011.